

Governança na internet: por uma rede democrática

por Vera Vieira

A II Reunião Latinoamericana e Caribenha Preparatória ao Fórum de Governança na Internet acontece no Rio, de 11 a 13/08/09, para discutir modelo adequado às necessidades da região. A maior participação de homens (60%) demonstra o quanto as novas tecnologias não são neutras principalmente em termos de gênero.

As tecnologias da informação e comunicação (TIC) - que têm na internet a sua maior expressão - nada mais são do que a nova forma de transmissão de informação e conhecimento pela humanidade. Assim, não se trata de se colocar contra ou a favor das TIC. De maneira similar ao ocorrido quando da invenção da escrita - quando houve, por exemplo, a necessidade de implantação de políticas de alfabetização -, as TIC promovem a inclusão e exclusão.

Sem dúvida, os mesmos principais fatores que determinam uma distribuição desigual de poder e oportunidades na sociedade - classe social, gênero, raça/etnia, geração, orientação sexual, localização geográfica - estarão presentes em todas as fases relacionadas às TIC: no desenho (criação, desenvolvimento e implementação), no acesso e na utilização.

A questão de gênero, no que concerne às tecnologias, é ainda mais acentuada em função da naturalização dos papéis de mulheres e homens pela sociedade, que continua a se arrastar ao longo dos milênios: “coisa de homem x coisa de mulher”. Nessa lógica, tecnologia continua a ser “assunto de homem”, apesar dos grandes avanços obtidos nas quatro últimas décadas, graças ao empenho dos movimentos de mulheres e feminista.

Foi um retrato dessa realidade de desigualdade de gênero a presença de 60% de homens na II Reunião Latinoamericana e Caribenha Preparatória ao Fórum de Governança na Internet (em inglês, IGF - Internet Governance Forum), que aconteceu no Rio. Contou com a presença de 111 participantes, entre representantes de ONGs (49%), da academia (19%), do governo (17%) e do setor

privado (15%).

Mas, o que é governança na internet?

Do que exatamente se fala quando se menciona governança na internet? “Governança na internet significa criar processos para garantir a regulamentação do acesso à informação digital na Net, criando assim uma gestão segura, confiável e eficaz dos processos automatizados que garantem o funcionamento e a comunicação das redes e dos dispositivos plugados na Internet. Esta é a definição técnica de um processo que precisa colocar na balança os aspectos culturais de cada local. Logo, é uma tarefa que, além de demorada, necessita da interferência da sociedade civil através de seus principais atores sociais”, explica Alexandre Rangel, no artigo Governança da Internet.BR, publicada no site www.comunicacao.pro.br/setepontos.

No livro *Governança na Internet - questões, atores e cisões*, os autores Jovan Kurbalija e Eduardo Gelbstein destacam que “percepções diferentes do significado deste termo desencadeiam diferentes abordagens e expectativas políticas. Especialistas em telecomunicações vêm a questão da Governança na Internet através do prisma do desenvolvimento de infraestruturas técnicas. Os especialistas em computadores concentram-se no desenvolvimento de vários padrões e aplicações, como XML ou Java. Os especialistas em comunicação destacam a facilitação da comunicação. Ativistas dos direitos humanos vêm a Governança na Internet a partir da perspectiva da liberdade de expressão, da privacidade e de outros direitos humanos básicos. Advogados concentram-se em

jurisdição e resolução de disputas legais. Políticos de todo o mundo em geral voltam a sua atenção para a mídia e para questões que impressionem positivamente os seus eleitorados, como o tecno-otimismo (mais computadores = mais educação) e o tratamento das ameaças implicadas (segurança na internet, proteção à infância). Os diplomatas preocupam-se principalmente com o processo e a proteção de interesses nacionais”. Resumindo:

“A Governança na Internet consiste no desenvolvimento e na aplicação por governos, setor privado e sociedade civil, em seus respectivos papéis, de princípios, normas, regulamentos, procedimentos de tomada de decisão e programas compartilhados que modelem a evolução e o uso da Internet”.

Viés latinoamericano e caribenho

Para demarcar a visão latinoamericana e caribenha sobre essa questão mundial, o evento enfatizou os seguintes objetivos: identificar as prioridades da região para cada um dos temas a serem aprofundados em cinco painéis - acesso, recursos críticos da internet, privacidade, abertura e segurança e acessibilidade e multilinguismo -; reunir um maior número de atores da região sobre os temas e discussões do IGF global e promover o debate sobre os temas centrais do IGF 2009 - a ser realizado na cidade de Sharm el Sheikh, no Egito, de 15 a 18/11/09.



A mesa de abertura foi composta por Raul Echeberria, Hadil Vianna, Valeria Betancourt, Carlos Afonso e Markus Kummer.

PAINÉIS

ACESSO

Antonio Carlos Valente (Ahciet), Bernadette Lewis (Caribbean Telecommunications Union), Stephane Bruno (Internet Exchange Point Haiti), Elisa Peixoto (Casa Civil da Presidência da República do Brasil), Julián Casasbuenas (Colnodo - moderador) e Amparo Arango (Indotel - relatora)

RECURSOS CRÍTICOS DA INTERNET

Jacqueline Morris (University of Trinidad y Tobago), Olga Cavalli (Grupo Especial de Assuntos Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores da Argentina), Oscar Robles (LACTLD), Demi Getschko (Núcleo de Informação e Coordenação (NIC.br), do Comitê Gestor da Internet no Brasil), Tony Harrys (Câmara Argentina de Base de Dados e Serviços Online - moderador).

MULTILINGUISMO E ACESSIBILIDADE

Wagner Diniz (W3C Brasil), Daniel Pimienta (Funredes), Fabián Saézn (Fundo de Desenvolvimento das Telecomunicações do Equador), Alejandro Pisanty (Universidade Autônoma do México), Juan Fernández (Ministerio de la Informática y las Comunicaciones de Cuba - moderador) e Angelica Abdallah (Associação Argentina de Teletrabalho - relatora)

PRIVACIDADE

Carlos Gregorio (Instituto de Investigación para la Justicia), Ivo Correia (Google Brasil), Erick Iriarte (LACTLD), Lina Ornelas (IFAI), Ginger Paque (Diplo Foundation - moderadora) e Deidre William (Sir Arthur Lewis Community College - relator).

ABERTURA E SEGURANÇA

Ronaldo Lemos (CTS/FGV), Pablo Carretino (Banelco), Carlos Eduardo Sobral (Unidade de Repressão de Crimes Cibernéticos da Polícia Federal do Brasil), Eduardo Carozo (Antel), Juan Carlos Solines (Professor de Lei e Tecnologia e Lei de Telecomunicações da Universidade São Francisco de Quito - moderador) e Jorge Bossio (Dirsi - relator)

FUTURO DO IGF

José Vitor Hanssem (Ministério das Relações Exteriores do Brasil), Pablo Hinojosa (Icann), Pablo Accuosto (Instituto del Tercer Mundo) e Markus Kummer (Secretariado do IGF - moderador).

Na abertura, Raúl Echeberria, diretor executivo do Lacnic (em português, a sigla significa Registro de Endereços Internet para América Latina e Caribe), reforçou o caráter de debate de idéias do evento. Valéria Betancourt, da APC, ressaltou a importância do diálogo multissetorial. “A Internet é um novo assunto na agenda da cooperação internacional” destacou Markus Kummer, secretário executivo do IGF. Para Hadil Vianna, representante do ministério das Relações Exteriores do Brasil, “o governo brasileiro defende um modelo de governança na internet, cujos valores revertam em benefício de toda a sociedade”.

O primeiro painel retratou a problemática e os desafios da região no que diz respeito ao acesso, envolvendo fatores de classe social, localização geográfica, gênero, raça/etnia, questão geracional. Em sua intervenção, esta

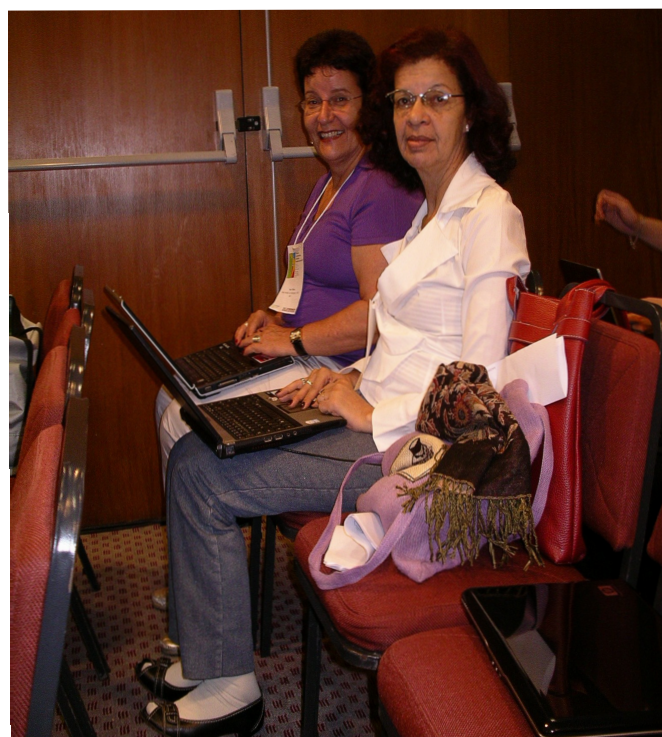
articulista destacou a necessidade de políticas voltadas a programas de capacitação, pois, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, divulgada em 2008, cerca de 120 milhões de brasileiros não acessam a internet por falta de habilidade. Também questionou o otimismo da representante do governo brasileiro, Elisa Peixoto, que fez uma projeção de cobertura de banda-larga em todos os municípios brasileiros no ano de 2010 (hoje, apenas 12% dos municípios possuem banda-larga). Segundo Elisa, o governo está certo de cumprir tal meta.

Quais são os **recursos críticos da internet**? Um dos painelistas que aprofundaram esta temática questionou: “acho que o título recursos críticos não faz sentido, pois são recursos coordenáveis. Deve ser crítico para donos de marcas, mas não deveria contaminar a discussão sobre governança na Internet”, ressaltou Demi Getschko. Acrescentou que os nomes deveriam ser facilitadores da rede e não representarem um negócio. Trata-se de uma batalha perdida, pois passou-se a pagar por .com e .net. A batalha semântica também está perdida. A Internet não tem um centro, mas deveria ter uma estrutura”. O tema dos recursos críticos da internet está relacionado à ICANN mas não se limita a ela. A ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers) é um órgão mundial, sem fins lucrativos, de âmbito internacional, responsável pela distribuição de números de “Protocolo de Internet” (IP), pela designação de identificações de protocolos, pelo controle do sistema de nomes de domínios de primeiro nível com códigos genéricos (gTLD) e de países (ccTLD) e com funções de administração central da rede de servidores. Esses serviços eram originalmente prestados mediante contrato com o governo do EUA, pela Internet Assigned Numbers Authority (IANA) e outras entidades. Tudo parece muito complexo? “Eu não entendia nada de tecnologia, e agora falo com muita tranquilidade sobre aspectos complexos do tema”, disse Olga Cavalli, do Grupo Especial de Assuntos Tecnológicos, do governo da Argentina.



Olga Cavalli, do ministério das Relações Exteriores da Argentina, no painel sobre Recursos Críticos da Internet, demonstrou que a mulher pode falar de tecnologia com profundidade.

No painel sobre **multilinguismo e acessibilidade**, o cerne das discussões foi o uso da internet para o desenvolvimento, com dispositivos que facilitem a inclusão de toda a sociedade, por meio de tecnologias assistivas. São elas que permitem a inclusão digital de pessoas analfabetas ou não fluentes no idioma dominante que é o inglês, por exemplo, assim como pessoas cegas ou com pouca ou nenhuma destreza manual. Torna-se imprescindível pensar o desenvolvimento de plataformas tecnológicas que contemplem as diferentes necessidades e realidades das populações do mundo.



Nilza Iraci e Vera Vieira fizeram intervenções visando à inclusão da perspectiva de gênero e raça nas discussões.

Privacidade: uma faca de dois gumes

O painel sobre **privacidade** trouxe à tona um dos temas mais polêmicos na internet, já que em nome da segurança muitos governos têm invadido a privacidade dos/as usuários/as.

A exposição dos painelistas, enfocando o espaço público e privado, fez com que esta articulista, em sua intervenção, se lembrasse de um jargão do movimento feminista: o privado é público e o público é privado, utilizado principalmente para abordar a questão da violência doméstica e das tarefas produtivas e reprodutivas. A justificativa para interceptar as comunicações por internet é a de que se trata de uma necessidade para combater a exploração sexual à mulher - particularmente crianças e adolescentes. Só que os espaços privados da internet têm sido uma das armas mais importantes para as vítimas de violência doméstica, a exploração sexual e a opressão racial. Elas podem conversar entre si e com outras pessoas nas quais confiam. E quebrar o silêncio é o passo mais importante para se libertar dessa situação. Assim, conclui esta articulista, a violência contra a mulher, a exploração sexual e o racismo são questões públicas que devem se manter privadas na internet.

Como bem enfatiza o livro *Mulher e Tecnologias* (Dafne Plou e Vera Vieira), “as organizações e movimentos sociais que lutam pela democracia apoiam os direitos que têm todas as pessoas para criar áreas de discussão e debate, privadas e livres de controle e vigilância. Este é um requisito básico da democracia, particularmente essencial para fortalecer os setores explorados e vitimizados da sociedade. O compromisso é trabalhar para defender a privacidade da correspondência e dos intercâmbios de informação e comunicação na internet”.

Ao abordar a temática da **abertura e segurança**, o foco para o sucesso dos dois elementos essenciais na internet foi o investimento no tripé educação - com campanhas -, prevenção - com melhoria dos sistemas e novas tecnologias - e repressão -

com estrutura, legislação e acesso à informação. Para o delegado Carlos Eduardo Sobral, da Unidade de Repressão de Crimes Cibernéticos da Polícia Federal do Brasil, “a liberdade na internet vai depender da equação: abertura + acesso + segurança + privacidade”.

Quanto ao **futuro do IGF**, os painelistas destacaram a importância de seu papel no sentido de fazer com que a população dos diferentes países se inteirem das questões relacionadas à internet, com impactos positivos em termos nacionais e internacionais.

A II Reunião Latinoamericana e Caribenha preparatória ao IGF foi organizada pela Rits (Rede de Informações para o Terceiro Setor), pelo Instituto Nupef (Núcleo de Pesquisas, Estudos e Formação da Rits), pela APC (Associação pelo Progresso das Comunicações) e pelo LACNIC (em português, Registro de Endereços Internet para América Latina e Caribe).



Carlos Afonso, mais conhecido como CA, coordenador do Instituto Nupef, é o incansável brasileiro dedicado à temática das TIC.



Ida Holz, engenheira uruguaia, recebeu o Prêmio Trajetória 2009 LACNIC. Na ocasião, também aconteceu uma emocionante homenagem póstuma a Amy Mahan que morreu de câncer aos 47 anos, tendo dedicado sua vida ao direito à comunicação.

(*) Vera Vieira é a coordenadora brasileira do projeto MDG3 (Fortalecendo o Uso Estratégico das Tecnologias da Informação e Comunicação, no Combate à Violência contra as Mulheres e Crianças). É jornalista, especializada em Gestão da Comunicação, mestre em Comunicação e atual doutoranda na temática da Violência contra a Mulher e TICs (USP/ECA). É coordenadora-executiva da Rede Mulher de Educação e diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz.

Entendendo o IGF

O Fórum de Governança da Internet (IGF) foi criado por decisão da segunda fase da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), em novembro de 2005, em Tunis. De acordo com o mandato previsto nos parágrafos 72-78 da Agenda de Tunis, documento operativo aprovado ao final da CMSI, o IGF deve reunir-se periodicamente por um prazo inicial de cinco anos, podendo ser prorrogado indefinidamente por decisão do Secretário Geral das Nações Unidas (SGNU), e será composto por representantes de governos, sociedade civil, iniciativa privada e organizações internacionais, cabendo o SGNU convocá-lo, convidar os participantes e zelar pelo equilíbrio de representação geográfica na representação.

Sua primeira reunião foi realizada em Atenas, de 30 de novembro a 2 de outubro de 2006, e sua segunda reunião no Rio de Janeiro, em novembro de 2007, a convite do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Em 2008, a Índia sediou a terceira reunião e, em 2009, o Egito.

O IGF tem por função debater tópicos de governança global da Internet - tais como políticas públicas, capacitação em países em desenvolvimento, administração de recursos críticos, emprego abusivo da rede - e dedicar-se a aspectos do tema que não se enquadrem no escopo das organizações preexistentes. O Fórum não deve se sobrepor ou substituir os mecanismos de governança hoje existentes ou que venham a ser criados, mas coordenar-se com eles com o propósito de promover ampla participação em suas atividades, sugerir-lhes questões, emitir recomendações de caráter não-vinculante e estimular a incorporação dos princípios da CMSI a seus processos decisórios.

Para apoiar o SGNU na organização do 1º IGF, foi constituído um Grupo Assessor Multi-setorial (MAG), composto por 40 integrantes dos diversos setores representados no IGF, dois dos quais são brasileiros: Hadil da Rocha Vianna, Ministro, Diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos (DCT) do Itamaraty, e Augusto César Gadelha Vieira, Secretário de Políticas de Informática do MCT e Coordenador do CGI.br. Na qualidade de representante do país-sede do evento, o Ministro Hadil Vianna deverá co-presidir o MAG juntamente com o Sr. Nitin Desai, Assessor Especial do Secretário-Geral da ONU para assuntos de Governança da Internet.

(Fonte: <http://governanca.cgi.br/governanca>)

Entendendo a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação

Determinada pela Assembléia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI) foi agendada em duas etapas: de 10 a 12/12/2003, em Genebra/Suíça, e em 2005, em Tunis/Tunísia. A preparação ficou a cargo, principalmente, da UTI (União Internacional de Telecomunicações), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), UNDP (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas) e países anfitriões.

A Cúpula abordou uma ampla gama de assuntos relativos à Sociedade da Informação, visando uma melhor compreensão da transformação da sociedade. Reuniu representantes dos mais altos níveis do governo, o setor privado e a sociedade civil. Convém salientar a importância de uma Cúpula, caracterizada pelo compromisso dos chefes de Estado, que assinam acordos com metas. Se fosse uma Conferência, haveria apenas planos e programa de ação, impossibilitando a cobrança do efetivo cumprimento.

Na primeira fase da Cúpula em 2003 os debates se concentraram nos seguintes temas: fundo de solidariedade digital, privacidade e liberdade na rede, a gestão ou a governança da Internet e o software livre. Na segunda fase da Cúpula realizada em Tunis em novembro de 2005, o tema preponderante foi a governança da Internet.

O Caucus de Gênero foi criado por algumas mulheres de todo o mundo, para que se envolvessem ativamente no processo da CMSI, na tentativa de intervir nas discussões com regras claras do jogo.

De acordo com artigo de Mavic Cabrera-Balleza (<http://vecam.org/article567.html>) “dois grupos contribuíram ativamente para assegurar que o princípio de igualdade dos sexos estivesse presente em todas as discussões da primeira fase da CMSI. Esses foram os GTs ONGs sobre Estratégias de Gênero (GSWG) e o Grupo Caucus de Gênero da CMSI (GC). O GT ONGs sobre Estratégias de Gênero foi formado no primeiro Encontro do Comitê Preparatório da CMSI de Genebra, em julho de 2002, como um dos subcomitês do Grupo de Coordenação da Sociedade Civil. Os grupos envolvidos foram os seguintes: a Rede para as Comunicações e o Desenvolvimento das Mulheres Africanas (FEMNET), a Agencia Latinoamericana de Información, a Association for Progressive Communication-Women’s Networking Support Programme, o International Women’s Tribune Centre e a Isis International-Manila. O GT ONGs sobre Estratégias de Gênero manteve a discussão em NGOWomen@genderit.org, uma lista eletrônica, com o objetivo de criar estratégias e de organizar a participação das mulheres no processo da CMSI. O endereço NGOWomen@genderit.org objetivava criar iniciativas sobre e igualdade de sexos e as TICs, enriquecendo ainda mais as discussões para beneficiar todas as mulheres”.

Os documentos resultantes das duas etapas da CMSI não são perfeitos. A Declaração de Princípios de Genebra (2003) e o Compromisso de Tunis (2005) reconhecem, com bastante amplitude, muitas das demandas reivindicadas pela sociedade civil. O Plano de Ação de Genebra (2003) e a Agenda de Tunis para a Sociedade da Informação (2005) não convertem em ações concretas os compromissos assumidos nas declarações. Soma-se a isso, o fato de que os governos das nações desenvolvidas não chegaram a nenhum acordo para apoiar o financiamento de avanços tecnológicos aos países mais pobres. Todos esses documentos podem ser acessados na íntegra pelo site www.itu.int/wsis/ nas línguas oficiais da ONU.

Entendendo o Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) foi criado pela Portaria Interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995 e alterada pelo Decreto Presidencial nº 4.829, de 3 de setembro de 2003, para coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados.

Para tornar efetiva a participação da Sociedade nas decisões envolvendo a implantação, administração e uso da Internet, o Ministério das Comunicações e o Ministério da Ciência e Tecnologia constituíram, de forma conjunta, o Comitê Gestor da Internet, em maio de 1995.

Os membros do CGI.br são compostos por representantes do governo, do setor empresarial, do terceiro setor e da comunidade acadêmica. O CGI.br representa um modelo de governança na Internet pioneiro, com base nos princípios de multilateralidade, transparência e democracia.

Entre as diversas atribuições do CGI.br destacam-se:

- a coordenação da atribuição de endereços internet (IPs) e do registro de nomes de domínios usando <.br>;
- o estabelecimento de diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da internet no Brasil;
- a coleta, organização e disseminação de informações sobre os serviços internet, incluindo indicadores e estatísticas.

O CGI.br em sua 3ª reunião ordinária de 2009, em sua sede na cidade de São Paulo, decide aprovar a seguinte Resolução:

Considerando a necessidade de embasar e orientar suas ações e decisões segundo princípios fundamentais, o CGI.br resolve aprovar os seguintes **Princípios para a Internet no Brasil**:

1. Liberdade, privacidade e direitos humanos

O uso da Internet deve guiar-se pelos princípios de liberdade de expressão, de privacidade do indivíduo e de respeito aos direitos humanos, reconhecendo-os como fundamentais para a preservação de uma sociedade justa e democrática.

2. Governança democrática e colaborativa

A governança da Internet deve ser exercida de forma transparente, multilateral e democrática, com a participação dos vários setores da sociedade, preservando e estimulando o seu caráter de criação coletiva.

3. Universalidade

O acesso à Internet deve ser unilateral para que ela seja um meio para o desenvolvimento social e humano, contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva e não discriminatória em benefício de todos/as.

4. Diversidade

A diversidade cultural deve ser respeitada e preservada e sua expressão deve ser estimulada, sem a imposição de crenças, costumes ou valores.

5. Inovação

A governança da Internet deve promover a contínua evolução e ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso.

6. Neutralidade da rede

Filtragem ou privilégio de tráfego devem respeitar apenas critérios técnicos e éticos, não sendo admissíveis motivos políticos, comerciais, religiosos, culturais ou qualquer outra forma de discriminação ou favorecimento.

7. Inimutabilidade da rede

O combate a ilícitos na rede deve atingir os responsáveis finais e não os meios de acesso e transporte, sempre preservando os princípios maiores de defesa de liberdade, da privacidade e do respeito aos direitos humanos.

8. Funcionalidade, segurança e estabilidade

A estabilidade, a segurança e a funcionalidade globais da rede devem ser preservadas de forma ativa através de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e estímulo ao uso de boas práticas.

9. Padronização e interoperabilidade

A Internet deve basear-se em padrões abertos que permitam a interoperabilidade e a participação de todos em seu desenvolvimento.

10. Ambiente legal e regulatório

O ambiente legal e regulatório deve preservar a dinâmica da Internet como espaço de colaboração.

(mais informações: www.cgi.br)